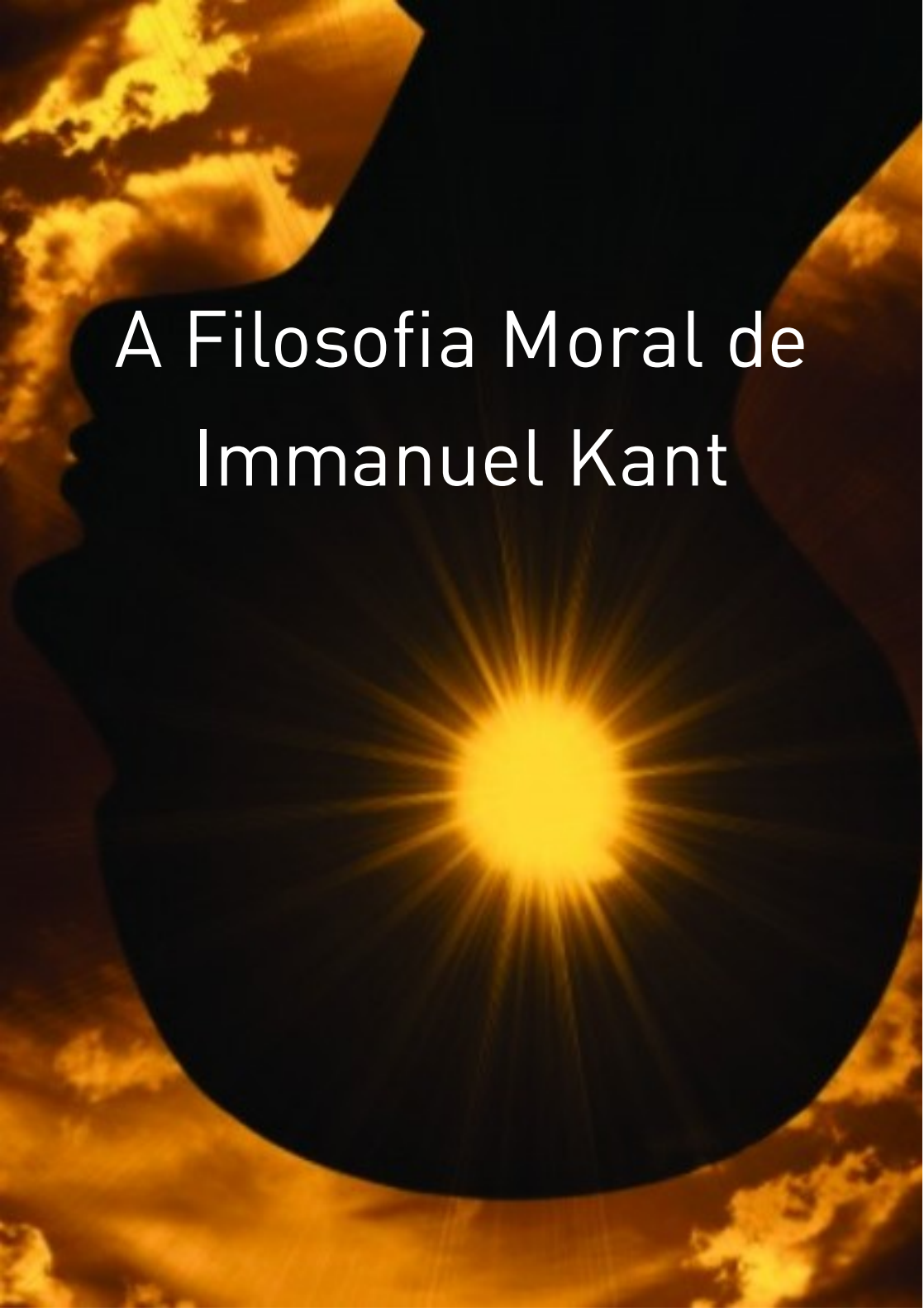




A Filosofia Moral de Immanuel Kant

E.E. Profa. Benedita Ribas Da Silveira
Atividade de Filosofia-E.J.A-
2* Termo de ensino Médio

Pesquisa

A FILOSOFIA MORAL DE IMMANUEL KANT

GERSON GOMES, N* 19
2 ANO
PROF; MAURICIO

SUMÁRIO

Pag 3 - Introdução

Pags 4 e 5 - Biografia

Pags 6 e 7 - A moral do dever em Kant

Pags 8 e 9 - O Imperativo Categórico

Pags 10 e 11 - Diferença entre os imperativos

Pags 12 e 13 - As formulas do Império Categórico

Pags 14 , 15 e 16 - Uma Especificação de Fato de Razão e liberdade nas ações

Pags 17 e 18 - O certo e o errado segundo Kant

Pag 19- Considerações

Pag 20 e 21 - Conclusão

Pag 22 - Fontes de pesquisa.

Introdução

Esse trabalho se trata do pensamento de Immanuel Kant (Filosofo), que diz, onde, a doutrina moral independe de qualquer sentido religioso, E sim por três campos: a razão, o entendimento e a sensibilidade.

Coloca-rá sua opinião a questão do que é certo e errado. Como agir.

IMMANUEL KANT Filósofo Alemão Biografia de Immanuel Kant Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão, fundador da "Filosofia Critica", sistema que procurou determinar os limites da razão humana. Sua obra é considerada a pedra angular da filosofia moderna. Nasceu em Königsberg, na Prússia Oriental, então Império Alemão no dia 22 de Abril de 1724. Filho de um artesão de descendência escocesa era o quarto filho de nove. Passou grande parte da sua vida nos arredores de sua cidade natal. Dos pais luteranos recebeu uma severa educação religiosa. Em 1740, com 16 anos, Kant ingressou na Universidade de Königsberg, como estudante de Teologia, se aprofundou no estudo da filosofia racionalista de Leibniz e de Chistian Wolff. Em 1746, mesmo fora da faculdade não parou

de estudar, em 1754 voltou a faculdade e após concluir os estudos foi nomeado docente- livre. Immanuel Kant faleceu em Königsberg, no dia 12 de fevereiro de 1804.

A MORAL DO DEVER EM KANT A doutrina moral de Kant é independente de qualquer sentido religioso. Sua moral exclui a noção de intenção como elemento de uma alma pura, e o dever não é uma obrigação a ser seguida em virtude de um ente superior. Intenção e dever (em Kant) dependem do sujeito epistemológico (eu transcendental) e não do eu psicológico (indivíduo). Para Kant, o sujeito transcendental trata-se de uma maquinaria (aparelho cognitivo) subjetiva, universal e necessária (presente em todos os homens, em todos os tempos e em todos os lugares). Assim, todo ser saudável possui tal aparato, formado por três campos: a razão, o entendimento (categorias) e a sensibilidade (formas puras da intuição-espaco e tempo). Em Kant, a razão (faculdade das idéias) é que preserva os princípios que articulam intenção e dever conforme a autonomia do sujeito.

Desse modo segue-se que tais princípios não podem ser negados sem autocontradição. Daí deriva a idéia de liberdade kantiana, de um caráter sintético a priori, sendo que sem liberdade não pode haver nenhum ato moral; para sermos livres, precisamos ser obrigados pelo dever de sermos livres.

O IMPERATIVO CATEGÓRICO O comando moral que faz com que nossas ações sejam moralmente boas, se expressa no imperativo categórico: “age só segundo máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (FMC, 2004, p.51). Essa lei está atada à razão pura prática. Todo sujeito é racional (tem raciocínio lógico), por isso tem condição de sujeito moral, dotado de normas. Exercer uma ação contrária levaria ao absurdo. O exemplo que Kant nos dá (FMC) a respeito da mentira é o mais conhecido. Poderia alguém mentir em benefício próprio, de um ente querido, ou mesmo em favor da humanidade? Kant, nos diz não, pois a mentira jamais poderia ser universalizada sem autocontradição: (...) pois, segundo essa lei, não poderia haver propriamente promessa alguma, já que seria inútil afirmar a minha vontade quanto a minhas futuras ações, pois as pessoas não acreditariam em meu fingimento, ou, se precipitadamente o fizessem, pagar-me-iam

na mesma moeda. Portanto, a minha máxima, uma vez arvorada em lei universal, destruir-se-ia a si mesma necessariamente (Kant, FMC, 2004, p.31).

Desse modo, cada sujeito, tem um alarme acionado na sua consciência moral (com a razão pura prática funcionando), que evidencia essa contradição, alertando que essa ação deve ser refutada, visto que essa ação não pode servir para todos. Assim, consultando a razão pura prática (como deveria alguém agir na minha situação?), constataremos que se todos se utilizassem dessa ação, o mundo seria um verdadeiro caos. O imperativo categórico em Kant é uma forma a priori, pura, independente do útil ou prejudicial. É uma escolha voluntária racional, por finalidade e não causalidade. Superam-se os interesses e impõe-se o ser moral, o dever. O dever é o princípio supremo de toda a moralidade (moral deontológica). Dessa forma uma ação é certa quando realizada por um sentimento de dever. A razão é a condição a priori da vontade, por isso independe da experiência.

DIFERENÇAS ENTRE OS IMPERATIVOS Todos os imperativos ordenam, e são fórmulas para exprimir as relações entre as leis objetivas do querer em geral, e a discordância subjetiva da vontade humana.

Imperativo é hipotético: no caso de a ação ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa, ou seja, em vista de algum propósito possível ou real. A habilidade na escolha dos meios para atingir o maior bem-estar próprio pode-se chamar sagacidade. Por exemplo, a escolha dos meios para alcançar a própria felicidade (não é um ideal da razão, mas da imaginação), continua sendo um imperativo hipotético

(considerados mais como conselhos). Imperativo

Categórico: não é limitado a nenhuma condição, é um mandamento absoluto (necessário), vale como princípio apodíctico-prático (da razão). Segue-se que somente o imperativo categórico equivale a uma lei prática, e os outros imperativos podem ser denominados de princípios da vontade, mas não leis.

Pois, conforme nos diz Kant

“o mandamento incondicional não deixa à vontade nenhum arbítrio acerca do que ordena, só ele tendo, portanto, em si, aquela necessidade que exigimos na lei” (FMC, 2004, p. 50).

AS FÓRMULAS DO IMPERATIVO CATEGÓRICO Além da fórmula da universalidade da lei, que vimos no que foi exposto anteriormente temos duas outras fórmulas: *baseada na humanidade como fim: Kant afirma que todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para uso arbitrário desta ou daquela vontade. Assim o imperativo prático será o seguinte: “age de tal maneira que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (FMC, 2004, p. 59). *baseada na vontade legisladora universal: a vontade da ação deve ser vista como um dever, ou seja, a idéia da vontade de todo ser racional concebida como vontade legisladora universal. Segundo esse princípio, Kant afirma: Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;) A vontade não está, pois, simplesmente submetida à lei, mas o está de tal maneira que possa ser também considerada legisladora ela mesma, e precisamente por isso então submetida à lei (de que ela mesma

pode ser considerada como autora - FMC, 2004, p. 62).

UMA ESPECIFICAÇÃO DE FATO DE RAZÃO E

LIBERDADE NAS AÇÕES O fato de razão se revela na decisão e não na contemplação. Contemplamos todas as características possíveis, nossas motivações pessoais, as circunstâncias do momento, e nos perguntamos novamente: “o que eu deveria fazer?” Depois de ter a convicção de ter levado tudo em conta, tomar uma decisão por mais difícil que seja, isso corresponde ao fato de razão. Dessa maneira o fato de razão é apresentado mediante nossa reflexão (avaliação) de nossas máximas como princípio de vida. Os princípios diversos da própria razão, baseados em motivos invertidos constituem o que chamamos de mal (transgressão dos limites da razão). E na maldade a avaliação que se faz dos pensamentos é corrompida na origem. Como se vê, a razão pura é uma razão livre de motivos empíricos ou particulares, sem interesses do que se pode conseguir com tal ato. E a razão empírica se reduz aos nossos interesses, com base na experiência, em que criamos conceitos de como

satisfazê-los. A liberdade consiste na decisão, que leva em consideração padrões universais aplicáveis que estabeleçam a harmonia coletiva. Assim, o indivíduo encontra em si mesmo os padrões universais que ele consegue exteriorizar. A liberdade exige que a pessoa tome sua decisão baseada em si mesma, partindo de uma visão exterior, que ela vislumbra do seu próprio interior, afirmando sua individualidade. A aplicabilidade de conceitos morais para nós, é consequência de nossa liberdade. Ao tomarmos consciência de nossos impulsos, desejos e suas motivações nos confrontamos se iremos atendê-los ou não, e daí é que parte a nossa liberdade, no confronto de uma questão; faremos as nossas escolhas através de uma avaliação. E, se do contrário, não fizermos o confronto (a análise), atendendo prontamente aos nossos instintos, ainda assim, teremos tomados uma decisão, que foi consequência de nossa liberdade num posicionamento moral. A liberdade humana é o fundamento de nossas ações e princípios de vida, fazendo parte essencial na prática moral. Não havendo determinação imediata

da razão, no valor moral da ação, o próprio conceito de razão prática é questionável. Pois, se ela não é imediata, não é pura, admitindo inclinações. Para que as leis existam, a vontade deve estar fundada na razão, do contrário só teremos princípios práticos baseados na subjetividade. Podemos verificar que o solipsismo vem a ser uma relação patológica consigo mesmo. Trata-se de nosso sistema de inclinações (desejos, impulsos) guiados pelo amor de si ou felicidade própria. E amor de si corresponde a arrogância (presunção), amor próprio. Portanto, a razão prática não pode ser solipsista, pois se baseia na moral prática entre os homens, nas ações livres segundo as máximas, que se convertem em uma lei universal. O único amor que pode ser ordenado é o amor prático, que reside na vontade, não patológico, sem inclinações, mas por dever (ama teu próximo, até teus inimigos).

O CERTO E O ERRADO SEGUNDO IMMANUEL KANT

Segundo Kant, a capacidade que o homem tem de diferenciar o certo do errado é inata, ou seja, já nasce com ele. Sendo assim, a moral humana independe da experiência, pois já nascemos com ela. Sendo anterior à experiência, ela é “formal”, ou seja, vale para todas as pessoas, onde quer que elas estejam e em qualquer tempo. No tocante às quatro perguntas básicas que norteiam a filosofia kantiana, a questão moral diz respeito à segunda: “Como agir?”. Em seus livros *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *crítica da razão prática*, Kant procura responder a ela de maneira a constituir uma ética que parte da ideia de que o homem não escapa do imperativo categórico, ou seja, uma ordem válida para agir em relação a tudo. Esse imperativo é definido da seguinte forma: devemos sempre agir de modo a podermos desejar que a regra a partir da qual agimos se transforme numa lei geral. Quando faço uma escolha e ajo de determinada maneira, preciso estar convicto de que posso desejar que todas as outras pessoas façam a mesma coisa na mesma

situação. Afinal, não posso desejar aos outros aquilo que não quero para mim! Quando tento ser justo com os outros a fim de que eles me reconheçam como uma pessoa “legal”, então não estou agindo de acordo com a lei moral. Uma ação só pode ser considerada moral quando seu resultado vier do esforço em superar-se a si mesmo. Trata-se de uma questão de dever, ou seja, é dever do ser humano agir moralmente, faz parte de sua natureza. Tal procedimento visa a estabelecer uma ética de responsabilidade, da qual o homem até consegue escapar, já que possui o livre-arbítrio, mas aos homens conscientes isso não é possível. Duas coisas me encham a alma de crescente admiração e respeito, quanto mais intensa e frequentemente o pensamento delas se ocupa: o céu estrelado sobre mim e a lei moral dentro de mim. Immanuel Kant

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Kant o dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei. E uma ação por dever elimina todas as inclinações (todo o objeto da vontade), e, portanto, só resta à vontade obedecer à lei prática (baseada na máxima universal), pois trata-se de um princípio que está ligado à vontade. O valor moral da ação não reside no efeito que dela se espera, pois o fundamento da vontade é a representação da lei e não o efeito esperado (uma boa vontade não é boa pelo que promove ou realiza, mas pelo simples querer, em si mesma). A ética kantiana é a ética do dever, autocorreção da razão, que concilia dever e liberdade. O pensamento do dever derruba a arrogância e o amor próprio, e é tido como princípio supremo de toda a moralidade.

CONCLUSÃO

Immanuel Kant, dá a entender que nascemos com o entendimento do certo e errado, que ao longo da vida apenas aprendemos a fazer a escolha de acordo com o q vivemos. o imperativo categórico complementa isso, pois nele colocamos nossos desejos como ações que queremos, se transformam em leis. Fazemos escolhas esperando q outros façam as mesmas, "tem q ser bom para mim e para todos".

Ser legal com os outros , nem sempre estaremos agindo com a lei moral.

No meu entender o nascer sabendo o q é certo ou q é errado , não é exatamente como vejo, o convívio do ser humano, família, local onde mora,...no decorrer da sua vida, sim, isso vai mostrando o que é certo ou errado, tudo influencia a maneira como vemos, no passar dos anos isso tudo passa a seguir a ideia do imperativo, o q é bom para mim, tem q ser para os outros, Ser legal com os outros pode não ser o correto.

Se você olhou a capa do livro deve ter notado q a

imagem esta de ponta cabeça, Está certo ou errado?
Errado; Afinal esta de ponta cabeça...

Certo: O livro tem como o tema certo e errado, a ideia de colocar a imagem de cabeça para baixo, é justamente poder enxergar isso. Coloquei a imagem dessa maneira porque vi essa a melhor maneira de mostrar. Opiniões diferentes para o q seria correto. E podemos dizer q isso não esta em desacordo coma a Lei Moral.

Par mim, posso dizer que está certo..

FONTES DE PESQUISA

https://www.ebiografia.com/immanuel_kant/

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-moral-dever-kant.htm>

<https://www.coladaweb.com/filosofia/a-etica-kantiana>